

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DE EMISSÃO DA
BAESA – ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A.**

BAESA – ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Mariante, nº 284, conjunto 501, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.781.143/0001-39, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora” ou a “Companhia”);

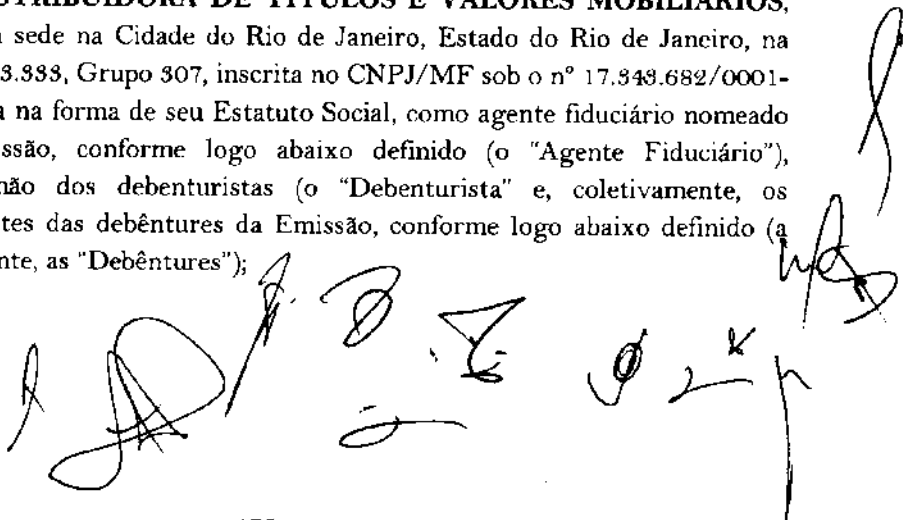
ALCOA ALUMÍNIO S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Poços de Caldas/Andradas, Km 10, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.637.697/0001-01, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “Alcoa”);

CPFL ENERGIA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, nº 444, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.429.144/0001-93, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “CPFL”);

HEJOASSU ADMINISTRAÇÃO S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Ramos de Azevedo, nº 254, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.148/0001-07, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “Hejoassu”);

CAMARGO CORRÊA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal nº 160, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.098.905/0001-09, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “Camargo Corrêa” e, em conjunto com a Alcoa, CPFL e a Hejoassu, as “Fiadoras” e, quando referidas individualmente, a “Fiadora”); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.333, Grupo 307, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, como agente fiduciário nomeado nesta Escritura de Emissão, conforme logo abaixo definido (o “Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos debenturistas (o “Debenturista” e, coletivamente, os “Debenturistas”) adquirentes das debêntures da Emissão, conforme logo abaixo definido (a “Debênture” e, coletivamente, as “Debêntures”);



Doravante designadas "Partes", quando no plural e, "Parte", quando no singular,

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, de Emissão da BAESA – ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A. (a "Escritura de Emissão" e a "Emissão", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação dos acionistas da Emissora reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2004 (a "AGE"), cuja ata foi publicada nos jornais Gazeta Mercantil, edição nacional, e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, em 16 de agosto de 2004.

1.2. Adicionalmente, os acionistas da Emissora reunidos na AGE delegaram ao Conselho de Administração da Companhia poderes para deliberar sobre todas as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), inclusive, para alterá-las do modo que julgar mais conveniente, bem como para deliberar sobre a remuneração fixa final das Debêntures (a "RCA").

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Emissão das Debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.385/76") e da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas da AGE e da RCA

2.2.1. A ata da AGE que deliberou sobre a Emissão foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul – JUCERGS (a "JUCERGS"), em 03 de agosto de 2004, e publicada nos jornais Gazeta Mercantil, edição nacional, e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, em 16 de agosto de 2004. A ata da RCA será igualmente arquivada na JUCERGS e posteriormente publicada nos jornais Gazeta Mercantil, edição nacional, e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

177

2.3. Inscrição da Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão será levada para inscrição na JUCERGS, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76, em até 02 (dois) dias úteis da data de sua celebração.

2.4. Registro dos Contratos de Fiança

2.4.1. Os Contratos de Fiança, conforme definido no item 3.7.1.1, serão registrados nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos dos domicílios das respectivas partes contratantes, quais sejam, nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de São Paulo, Estado de São Paulo, Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

2.4.2. Os Contratos de Fiança serão registrados pela Companhia em até 10 (dez) dias úteis da data de sua celebração.

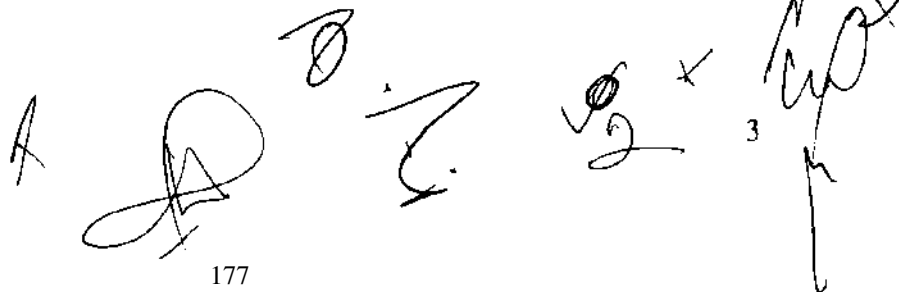
2.5. Registro da Negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT") e/ou (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (o "BOVESPA FIX"), e para negociação no mercado secundário por meio do (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a "ANDIMA"), e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (a "CETIP") e/ou (ii) BOVESPA FIX, sendo custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

2.6. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

2.6.1. A oferta pública das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID") no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID, de 16 de janeiro de 2002, para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários (o "Código de Auto-Regulação da ANBID").

Cláusula Terceira - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a small 'A', a large stylized signature, a signature with a dot above it, a signature with a cross above it, and a large, complex signature on the far right. A small number '3' is written near the bottom right signature.

1000000000

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto (i) explorar, na qualidade de concessionária, o Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande (o "AHE Barra Grande"), localizado no Rio Pelotas, Municípios de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul, e Anita Garibaldi, Estado de Santa Catarina, podendo para tal promover: (a) implantação, mediante a contratação do fornecimento de bens e serviços, das obras de construção do aproveitamento; (b) obtenção dos recursos e financiamentos para a execução das referidas obras, com o fornecimento das respectivas garantias; (c) operação e manutenção do aproveitamento; (d) comercialização da energia produzida; (ii) submeter-se às regras do Contrato de Concessão nº 036/2001 – ANEEL – AHE Barra Grande, celebrado em 14 de maio de 2001, cujos aditivos nº 1 e nº 2 foram homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 04 de junho e em 25 de novembro de 2002, respectivamente (o "Contrato de Concessão") e às normas regulamentares aplicáveis, incluindo aquelas referentes aos ativos integrantes do AHE Barra Grande e cuja propriedade será mantida pela Emissora; (iii) praticar os atos e exercer as atividades necessárias ou convenientes para cumprimento de seu objeto social.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido no item 3.10.1.

3.3. Quantidade de Valores Mobiliários

3.3.1. Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) Debêntures.

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries sendo 9.000 (nove mil) debêntures da 1ª série (as "Debêntures da 1ª Série") e 9.000 (nove mil) debêntures da 2ª série (as "Debêntures da 2ª Série").

3.5. Valor Nominal Unitário

3.5.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão, para ambas as séries (o "Valor Nominal Unitário").

3.6. Conversibilidade, Forma e Espécie

3.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora, e serão do tipo

nominativa-escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

3.6.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, definida no item 3.24 abaixo. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade, o "Relatório de Posição de Ativos" expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido sistema. Para as Debêntures depositadas na CBLC, a comprovação da titularidade dar-se-á por meio de extrato de custódia em nome do Debenturista, emitido pela CBLC.

3.6.3 As Debêntures serão da espécie subordinada.

3.7. Garantias

3.7.1. Fiança

3.7.1.1. Sem prejuízo de outras garantias que, porventura, venham a ser propostas pela Companhia quando da repactuação das Debêntures, nos termos do item 3.16 abaixo, as Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série serão garantidas, respectivamente, até, inclusive, a Data do Exercício do Direito de Venda, conforme definido no item 3.16.1.7, por uma Fiança, conforme definido no item 3.7.1.2, a ser prestada pela Alcoa Alumínio S.A. (Grupo Alcoa), CPFL Energia S.A. (Grupo CPFL), Hejoassu Administração S.A. (Grupo Votorantim) e Camargo Corrêa S.A. (Grupo Camargo Corrêa), nos percentuais e demais características conforme estabelecido no item 3.7.1.2 abaixo, sendo que será celebrado, nesta data, entre cada uma das Fiadoras e o Agente Fiduciário, com interveniência da Emissora, um contrato de fiança substancialmente nos termos do Anexo I à presente Escritura de Emissão ("Contratos de Fiança").

3.7.1.1.1. Dessa forma, a Fiança prestada nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Fiança é prestada por prazo determinado e se extinguirá no dia seguinte à Data do Exercício do Direito de Venda.

3.7.1.2. Pela presente Escritura de Emissão, e mediante a celebração dos Contratos de Fiança, a Alcoa Alumínio S.A. (Grupo Alcoa), a CPFL Energia S.A. (Grupo CPFL), a Hejoassu Administração S.A. (Grupo Votorantim) e a Camargo Corrêa S.A. (Grupo Camargo Corrêa) obrigam-se, perante os Debenturistas, como fiadoras da Emissora, e neste ato renunciam expressamente ao benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 827, 834, 835, 837 e 839 do Código Civil (a "Fiança"). A Fiança é prestada em caráter universal e compreende a dívida principal e também, todos os seus

acessórios, aí incluídos juros moratórios, multa convencional e outros acréscimos. Assim, respondem as Fiadoras em caso de inadimplemento total ou parcial, da Emissora, como principais pagadoras de toda e qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão que seja exigível, nos termos desta Escritura de Emissão, até a Data do Exercício do Direito de Venda, inclusive (incluindo quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais). Adicionalmente, a Fiança a que se refere este item 3.7.1.2 é prestada sem solidariedade pelas Fiadoras, que se reservam o benefício da divisão, nos termos dos artigos 829 e 830 do Código Civil, nas seguintes proporções da totalidade da dívida:

- (i) Alcoa Alumínio S.A. (Grupo Alcoa): 42,1752%
- (ii) CPFL Energia S.A. (Grupo CPFL): 25,0059%
- (iii) Hejoassu Administração S.A. (Grupo Votorantim): 18,5674%
- (iv) Camargo Corrêa S.A. (Grupo Camargo Corrêa): 14,2515%

3.7.1.2.1. Para os fins da presente Escritura de Emissão, somente será considerada moratória concedida à Emissora, nos termos previstos no inciso I do artigo 838 do Código Civil, a dilação de prazo para o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora obtida mediante a aprovação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures de cada série em circulação, separadamente, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, conforme definido no item 7.1.

3.7.1.3. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei nº 6.404/76, requerer a execução da Fiança, observadas as proporções assumidas por cada uma das Fiadoras nos termos do item 3.7.1.2 acima, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de toda e qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão.

3.7.1.4. Em caso de dissolução, liquidação, insolvência, pedido de concordata preventiva ou decretação de falência de qualquer Fiadora, podendo, para fins desta Escritura de Emissão, ser considerado como pedido de concordata preventiva ou decretação de falência qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação sobre falências e concordatas, o Agente Fiduciário exigirá da Emissora a substituição de tal Fiadora por outra indicada pela Emissora, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da notificação, pelo Agente Fiduciário à Emissora, da dissolução, liquidação, insolvência, ocorrência do pedido de concordata preventiva ou da decretação da falência da referida Fiadora, e desde que aprovado por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures de cada uma das séries em circulação, separadamente, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas. A falta de apresentação de substituto de qualquer Fiadora, no caso de dissolução, liquidação, insolvência, pedido de concordata preventiva ou decretação de falência no prazo a que se refere este item

3.7.1.4, ou a falta de aprovação, de boa-fé e justificadamente, de tal substituto pela Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere este item 3.7.1.4, ensejará o vencimento antecipado das Debêntures em circulação.

3.7.1.5. Não obstante o disposto no item 3.7.1.4 acima e em outros dispositivos desta Escritura de Emissão, qualquer Fiadora pode ser substituída mediante solicitação prévia e indicação de outro fiador substituto, pela Emissora, e desde que aprovado por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures de cada uma das séries em circulação, separadamente, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas.

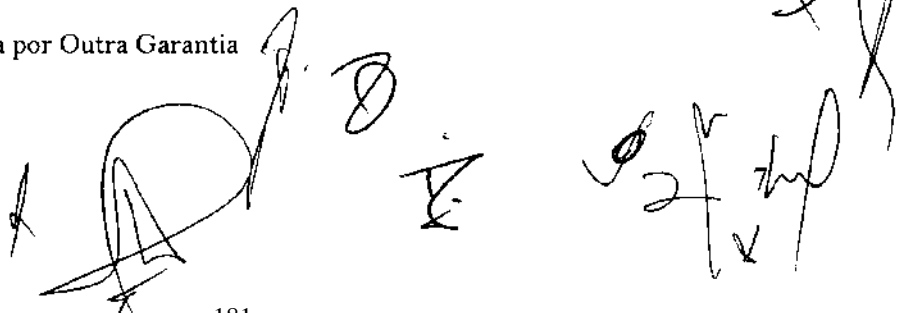
3.7.1.6. Independentemente do disposto no item 3.7.2.1 abaixo, a Fiança aqui referida é prestada pelas Fiadoras em caráter irrevogável e irretratável e vigorará, de qualquer forma, até que sejam integralmente liquidadas, pela Companhia ou, se vier a ser o caso, pelas Fiadoras, as Debêntures Objeto de Venda, conforme definido no item 3.16.1.4, ou até que sejam liquidadas as Debêntures no caso de vencimento antecipado das mesmas, o que ocorrer primeiro.

3.7.1.7. Para todo e qualquer pagamento que venha a ser efetuado, por qualquer Fiadora, em cumprimento da Fiança ora outorgada, ocorrerá a sub-rogação da Fiadora, que tenha honrado a Fiança, em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida contra a Emissora.

3.7.1.8. Fica desde já estabelecido que, durante o prazo de vigência da Fiança, toda e qualquer alteração nos termos e condições da presente Escritura de Emissão que impacte, altere ou de qualquer forma modifique os termos e condições da Fiança prestada pelas Fiadoras conforme esta Escritura de Emissão e os Contratos de Fiança, alterando dessa forma a exposição das Fiadoras, dependerá de aquiescência prévia, expressa e por escrito de cada uma das Fiadoras, sendo que referida aprovação deverá ser obtida em documento próprio, específico, e apresentada aos Debenturistas reunidos na Assembléia Geral de Debenturistas que vier a deliberar acerca da referida alteração.

3.7.1.8.1. Caso a aprovação prévia, expressa e por escrito de cada uma das Fiadoras para apresentação aos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas não seja obtida, fica vedado à Companhia a propositura de alteração que impacte, altere ou de qualquer forma modifique os termos e condições da Fiança prestada pelas Fiadoras conforme esta Escritura de Emissão e os Contratos de Fiança, alterando dessa forma a exposição das Fiadoras.

3.7.2. Substituição da Fiança por Outra Garantia



3.7.2.1. Na Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série e na Data de Repactuação das Debêntures da 2ª Série, conforme definido no item 3.16.1.1, nova garantia a ser apresentada pela Emissora nos termos do item 3.16.1.2 abaixo poderá vir a substituir a Fiança prestada pelas Fiadoras nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Fiança, uma vez que referida Fiança é, de todo modo, prestada por prazo determinado, conforme mencionado acima. Nesse sentido, poderá a Emissora, condicionada à ocorrência da substituição de garantia prevista no item 3.7.2.2 abaixo, e a ajustes e aditamento ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 03.2.222.3.1, celebrado em 11 de julho de 2003 entre a Emissora e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (o “Contrato de Financiamento do BNDES”), propor aos Debenturistas, na Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série e na Data de Repactuação das Debêntures da 2ª Série, nova garantia baseada nos direitos de crédito da Emissora decorrentes da venda de energia produzida pela AHE Barra Grande, inclusive com relação aos direitos de crédito decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia (os “CCVEs”) então celebrados entre certos acionistas da Companhia e a Companhia.

3.7.2.1.1. Sem prejuízo das demais obrigações do Agente Fiduciário, previstas nesta Escritura de Emissão ou na legislação e regulamentação pertinente, este deverá, sem interferir no mérito das eventuais substituições de garantias previstas nesta Cláusula 3.7.2, manifestar-se de maneira a informar aos Debenturistas acerca da manutenção da suficiência e exequibilidade das eventuais novas garantias das Debêntures quando das Datas de Repactuação das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, na forma prevista no artigo 70 da Lei 6.404/76, em conjunto com o inciso IX, do artigo 12, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1988.

3.7.2.2. Nos termos do Contrato de Financiamento do BNDES, está prevista a substituição das garantias pessoais, então prestadas por determinados acionistas diretos e indiretos da Emissora, por direitos de crédito da Emissora decorrentes da venda de energia produzida pela AHE Barra Grande, inclusive com relação aos direitos de crédito decorrentes dos CCVEs desde que, dentre outras coisas, a Emissora comprove a emissão, pelo órgão ambiental competente, da licença de operação oficialmente publicada, haja a celebração, em até 06 (seis) meses antes da entrada em operação da primeira máquina do AHE Barra Grande, dos CCVEs em termos e condições previamente aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e haja comprovação, pela Emissora, por um período mínimo de 12 (doze) meses, do desempenho comercial satisfatório dos CCVEs.

3.7.2.2.1. Nesse sentido, caso a Companhia proponha a substituição da Fiança pelos direitos de crédito da Emissora decorrentes da venda de energia produzida pela AHE Barra Grande, inclusive com relação aos direitos de crédito decorrentes dos CCVEs quando das repactuações das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, deverá a Companhia

entregar ao Agente Fiduciário, até a data da publicação do Aviso aos Debenturistas, conforme definido no item 3.23.1, de que trata o item 3.16.1.2 desta Escritura de Emissão, cópia dos documentos então celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES comprobatórios da substituição da garantia mencionada no item 3.7.2.2 acima.

3.8. Procedimento de Distribuição e Forma de Subscrição e Integralização das Debêntures

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, conforme os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM nº 400/03"), sendo que as instituições financeiras farão a colocação das Debêntures observando-se o disposto no artigo 21 da Instrução CVM nº 400/03, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, e sem ordem cronológica, os clientes das instituições intermediárias da distribuição e de eventuais instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários devidamente autorizadas a operar no mercado de capitais, contratadas pela instituição líder da distribuição, que desejarem efetuar investimento nas Debêntures.

3.8.2. A subscrição das Debêntures será efetuada com observância dos procedimentos (i) do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP e (ii) do BOVESPA FIX, disponibilizado pela CBLIC. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

3.8.3. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

3.8.4. A Emissora não poderá efetuar nova emissão de debêntures antes de terem sido colocadas todas as Debêntures objeto desta Emissão, ou canceladas as séries não colocadas, nem negociar nova série da mesma emissão antes de colocada a anterior ou cancelado o saldo não colocado.

3.9. Negociação das Debêntures

3.9.1. As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do (i) SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; e/ou (ii) BOVESPA FIX, sendo custodiadas na CBLIC.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature on the right and several smaller initials and marks on the left and center.

11000000

3.10. Data de Emissão

3.10.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de agosto de 2004 (a “Data de Emissão”).

3.11. Prazo e Data de Vencimento

3.11.1. As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se em 1º de agosto de 2016 (a “Data de Vencimento”). Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida na forma estabelecida nesta Escritura de Emissão.

3.12. Prazo de Subscrição

3.12.1. Respeitadas as providências e condições conforme o disposto na Cláusula Segunda – “DOS REQUISITOS”, as Debêntures deverão ser subscritas no prazo máximo de 06 (seis) meses, contado da data de publicação do anúncio de início da distribuição das Debêntures.

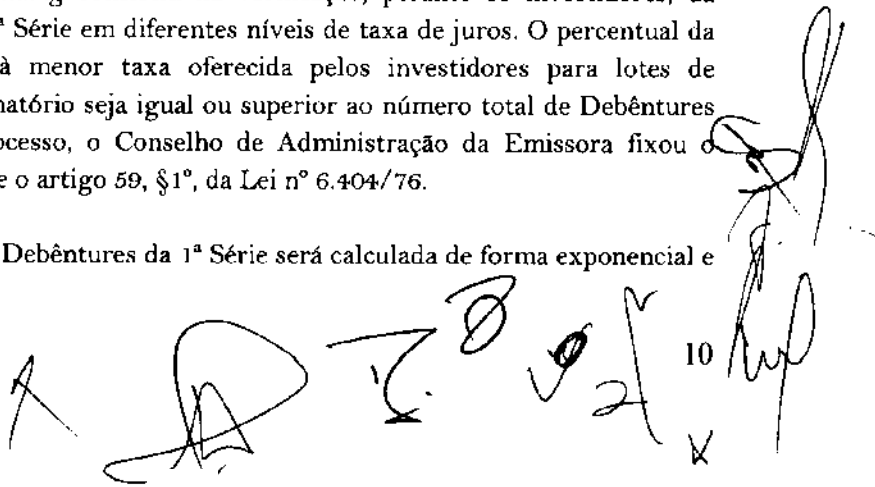
3.13. Remuneração

3.13.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série

3.13.1.1. As Debêntures da 1ª Série serão remuneradas a um percentual da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, “over extra grupo” expressa na forma percentual ao ano calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal Valor Econômico, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (a “Taxa DI”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sendo que o percentual acima referido, determinado em processo de *bookbuilding*, conforme explicitado no item 3.13.1.2, é de 105% (cento e cinco por cento) da Taxa DI (a “Remuneração das Debêntures da 1ª Série”).

3.13.1.2. O processo de *bookbuilding* consistiu na verificação, perante os investidores, da demanda pelas Debêntures da 1ª Série em diferentes níveis de taxa de juros. O percentual da Taxa DI final é equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para lotes de Debêntures da 1ª Série cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures da 1ª Série. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da Emissora fixou o percentual da Taxa DI, conforme o artigo 59, §1º, da Lei nº 6.404/76.

3.13.1.3. A Taxa DI aplicável às Debêntures da 1ª Série será calculada de forma exponencial e



cumulativa *pro rata temporis* por dias corridos, adotando-se como base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme definido no item 3.14.1, relativa às Debêntures da 1ª Série, devendo ser pago trimestralmente a partir do 27º (vigésimo sétimo) mês da Data de Emissão, ou seja, ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 3.13.1, nas Datas de Pagamento da Remuneração, conforme definido no item 3.14. O rendimento das Debêntures da 1ª Série decorrente dos primeiros 24 (vinte e quatro) meses será calculado a partir da Data de Emissão e incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, gerando-se, assim, um novo Valor Nominal Unitário, que será a nova base para a incidência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série a partir do 25º (vigésimo quinto) mês.

3.13.1.4. Entende-se por "Período de Vigência da Remuneração da 1ª Série" o período durante o qual as condições de Remuneração das Debêntures da 1ª Série permanecerão vigentes, ficando desde já estabelecido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série terá início na Data de Emissão, encerrando-se em 1º de agosto de 2007, ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, o que ocorrer primeiro.

3.13.1.5. O cálculo dos juros incidentes sobre as Debêntures da 1ª Série será realizado com base na seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [FatorDI - 1], \text{ onde:}$$

JR = valor da Remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 06 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN = saldo do Valor Nominal unitário no início de cada Período de Capitalização, calculado com 06 (seis) casas decimais sem arredondamento; e

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k \times S/100)], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total das Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

$TDI_k =$ Taxa DI expressa ao dia, calculada com 08 (oito) casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

$k =$ 1, 2, ..., n.

$DI_k =$ Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "k";

$d_k =$ número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro; e

$S =$ valor de 105% (cento e cinco por cento) da Taxa DI definido no processo de *bookbuilding*.

Observação: Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.

3.13.1.6. Caso a CETIP venha a divulgar a Taxa DI com mais de duas casas decimais, a Taxa DI a ser utilizada na presente Escritura de Emissão deverá contemplar idêntico número de casas decimais divulgada pela CETIP.

3.13.1.7. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada, não sendo devida qualquer compensação financeira, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

3.13.1.8. No caso de ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias corridos da Taxa DI (o "Período de Ausência da Taxa DI"), contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures da 1ª Série, por previsão legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá realizar Assembléia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/2003 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 1ª Série a ser proposto pela Emissora. A Assembléia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI.

3.13.1.9. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração das Debêntures da 1ª Série entre a Emissora e Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª Série em circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar a alternativa escolhida por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas:

(i) A Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração relativa às Debêntures da 1ª Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures da 1ª Série a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou,

(ii) A Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série ou a data em que ocorrer a próxima repactuação das condições das Debêntures da 1ª Série, o que ocorrer primeiro. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 1ª Série pela Emissora (a) todos os Debenturistas titulares de Debêntures da 1ª Série receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série continuará sendo aquela estabelecida no item 3.14 abaixo, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 1ª Série, será utilizada a taxa de remuneração a ser definida pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª Série em circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

3.13.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série

3.13.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus à remuneração

abaixo descrita (a "Remuneração das Debêntures da 2ª Série" e, quando designada juntamente com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a "Remuneração").

3.13.2.1.1. Atualização - As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (a "Atualização das Debêntures da 2ª Série"), segundo a seguinte fórmula:

$$VN_a = VN \times \left\{ \left[\frac{IGP-M_1}{IGP-M_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[\frac{IGP-M_2}{IGP-M_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[\frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}$$

onde:

VNa = é o Valor Nominal Unitário atualizado, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = é o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, no início do Período de Capitalização, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

IGP-M₀ = o valor do número índice IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

IGP-M₁ = é o valor do número índice IGP-M do mês de início de atualização;

IGP-M₂ = é o valor do número índice IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

IGP-M_n = é o valor do número índice IGP-M do mês "n";

IGP-M_{n-1} = é o valor do número índice IGP-M do mês anterior ao mês "n";

dup = é o número de dias úteis contados do primeiro dia útil do mês da atualização até a data de atualização;

dut = é o número de dias úteis do mês corrente.

Observação: O fator acumulado das variações mensais dos índices será considerado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

3.13.2.1.2. O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

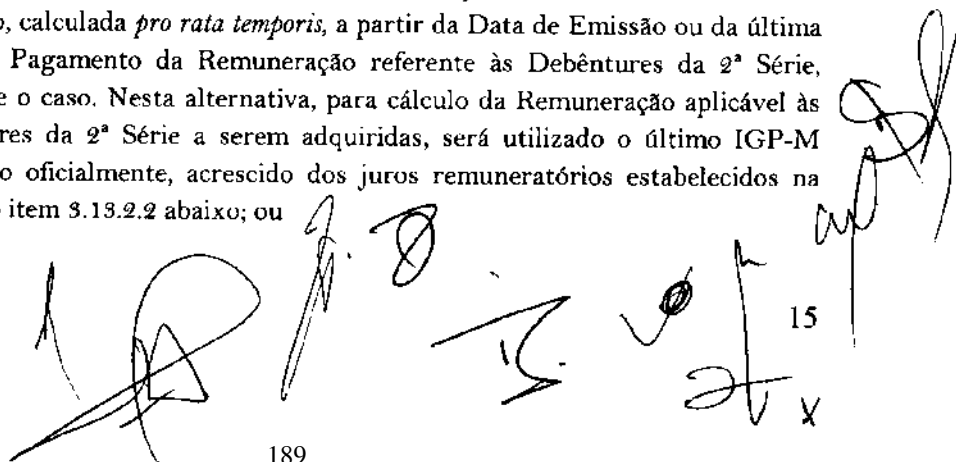
3.13.2.1.3. A aplicação do IGP-M incidirá anualmente.

3.13.2.1.4. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver ainda sido divulgado o IGP-M válido para o respectivo período, será aplicado o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias úteis, não sendo devida qualquer compensação financeira entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a falta de divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias corridos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 2ª Série.

3.13.2.1.5. No caso de ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias corridos do IGP-M (o "Período de Ausência do IGP-M"), contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures da 2ª Série, por previsão legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá realizar Assembléia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/2003 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Atualização das Debêntures da 2ª Série a ser proposto pela Emissora. A Assembléia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IGP-M.

3.13.2.1.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Atualização das Debêntures da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª Série em circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar a alternativa escolhida por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas:

- (i) A Emissora deverá recomprar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração referente às Debêntures da 2ª Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures da 2ª Série a serem adquiridas, será utilizado o último IGP-M divulgado oficialmente, acrescido dos juros remuneratórios estabelecidos na forma do item 3.13.2.2 abaixo; ou



(ii) A Emissora deverá recomprar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série ou a data em que ocorrer a próxima repactuação das condições das Debêntures da 2ª Série, o que ocorrer primeiro. Nesta alternativa, durante o prazo de recompra das Debêntures da 2ª Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 3.14 abaixo, observado que, até a recompra integral das Debêntures da 2ª Série, será utilizada a taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª Série em circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas.

3.13.2.2. Juros Remuneratórios - As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa ao ano de 9,55% (nove vírgula cinquenta e cinco por cento), determinada com base em processo de *bookbuilding* e aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora. Os Juros Remuneratórios incidirão sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série (o "Valor Nominal Unitário Atualizado"), e serão calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, desde a Data de Emissão, ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, devendo ser pagos anualmente a partir do 36º (trigésimo sexto) mês da Data de Emissão, ou seja, ao final de cada Período de Capitalização, nas Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série. A Remuneração das Debêntures da 2ª Série decorrente dos primeiros 24 (vinte e quatro) meses será calculada a partir da Data de Emissão e incorporada ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, gerando-se, assim, um novo Valor Nominal Unitário, que será a nova base para a incidência dos Juros Remuneratórios e da Atualização das Debêntures da 2ª Série a partir do 25º (vigésimo quinto) mês.

Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados e pagos de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \left\{ \left[\left(1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos juros remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série na

data de início de cada Período de Capitalização, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

b = taxa de juros fixada em processo de *bookbuilding*, na fórmula percentual ao ano, informada com 04 (quatro) casas decimais;

n = número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização.

Observação: O fator resultante da expressão acima será calculado com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento.

3.13.2.3. Entende-se por "Período de Vigência da Remuneração da 2ª Série" o período durante o qual as condições de Remuneração das Debêntures da 2ª Série permanecerão vigentes, ficando desde já estabelecido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série terá início na Data de Emissão e vencimento em 1º de agosto de 2009, ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 2ª série, o que ocorrer primeiro.

3.13.3. Para fins de cálculo da Remuneração, entende-se por "Período de Capitalização" (i) para as Debêntures da 1ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série subsequente, exclusive ("Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série"), e (ii) para as Debêntures da 2ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, exclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, exclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração relativa às Debêntures da 2ª Série subsequente, inclusive, sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade ("Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série", e em conjunto com Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, o "Período de Capitalização das Debêntures").

3.14. Datas de Pagamento da Remuneração

3.14.1. Durante o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, os valores relativos à Remuneração das Debêntures da 1ª Série deverão ser pagos trimestralmente a partir do 27º (vigésimo sétimo) mês da Data de Emissão, sempre no dia 1º dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo que o último pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série ocorrerá no dia 1º de agosto de 2016 ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª série, o que ocorrer primeiro. Durante o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, os valores relativos aos Juros Remuneratórios e à Atualização das Debêntures da 2ª Série que compõem



a Remuneração das Debêntures da 2ª Série deverão ser pagos anualmente a partir do 36º (trigésimo sexto) mês da Data de Emissão, sempre no dia 1º do mês de agosto de cada ano, sendo que o último pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série ocorrerá no dia 1º de agosto de 2016 ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 2ª série, o que ocorrer primeiro (cada data de pagamento da remuneração referida como a "Data de Pagamento da Remuneração").

3.15. Amortização

3.15.1. No caso das Debêntures da 1ª Série, o Valor Nominal Unitário na data de 1º de agosto de 2006 será pago em 40 (quarenta) parcelas, trimestrais e sucessivas, a partir do 27º (vigésimo sétimo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2006, e o último pagamento em 1º de agosto de 2016, por ocasião do vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme tabela abaixo (a "Amortização das Debêntures da 1ª Série"), ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª série, o que ocorrer primeiro.

Data de Pagamento das Amortizações	Percentual do Valor Nominal Unitário por Debênture na data de 1º de agosto de 2006	Data de Pagamento das Amortizações	Percentual do Valor Nominal Unitário por Debênture na data de 1º de agosto de 2006
1º de novembro de 2006	2,5%	1º de novembro de 2011	2,5%
1º de fevereiro de 2007	2,5%	1º de fevereiro de 2012	2,5%
1º de maio de 2007	2,5%	1º de maio de 2012	2,5%
1º de agosto de 2007	2,5%	1º de agosto de 2012	2,5%
1º de novembro de 2007	2,5%	1º de novembro de 2012	2,5%
1º de fevereiro de 2008	2,5%	1º de fevereiro de 2013	2,5%
1º de maio de 2008	2,5%	1º de maio de 2013	2,5%
1º de agosto de 2008	2,5%	1º de agosto de 2013	2,5%
1º de novembro de 2008	2,5%	1º de novembro de 2013	2,5%
1º de fevereiro de 2009	2,5%	1º de fevereiro de 2014	2,5%
1º de maio de 2009	2,5%	1º de maio de 2014	2,5%
1º de agosto de 2009	2,5%	1º de agosto de 2014	2,5%
1º de novembro de 2009	2,5%	1º de novembro de 2014	2,5%
1º de fevereiro de 2010	2,5%	1º de fevereiro de 2015	2,5%
1º de maio de 2010	2,5%	1º de maio de 2015	2,5%
1º de agosto de 2010	2,5%	1º de agosto de 2015	2,5%
1º de novembro de 2010	2,5%	1º de novembro de 2015	2,5%
1º de fevereiro de 2011	2,5%	1º de fevereiro de 2016	2,5%

18

192

Data de Pagamento das Amortizações	Percentual do Valor Nominal Unitário por Debênture na data de 1º de agosto de 2006	Data de Pagamento das Amortizações	Percentual do Valor Nominal Unitário por Debênture na data de 1º de agosto de 2006
1º de maio de 2011	2,5%	1º de maio de 2016	2,5%
1º de agosto de 2011	2,5%	1º de agosto de 2016	2,5%

3.15.2. No caso das Debêntures da 2ª Série, o Valor Nominal Unitário na data de 1º de agosto de 2006 será pago em 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de agosto de 2007, e o último pagamento em 1º de agosto de 2016, por ocasião do vencimento das Debêntures da 2ª Série, conforme tabela abaixo (a “Amortização das Debêntures da 2ª Série”), ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 2ª série, o que ocorrer primeiro.

Data de Pagamento das Amortizações	Percentual do Valor Nominal Unitário por Debênture na data de 1º de agosto de 2006	Data de Pagamento das Amortizações	Percentual do Valor Nominal Unitário por Debênture na data de 1º de agosto de 2006
1º de agosto de 2007	10%	1º de agosto de 2012	10%
1º de agosto de 2008	10%	1º de agosto de 2013	10%
1º de agosto de 2009	10%	1º de agosto de 2014	10%
1º de agosto de 2010	10%	1º de agosto de 2015	10%
1º de agosto de 2011	10%	1º de agosto de 2016	10%

3.16. Repactuação e Direito de Venda

3.16.1. A Emissora, por meio do seu Conselho de Administração, deverá propor a repactuação de determinadas características das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os seguintes termos e condições:

3.16.1.1. A repactuação das Debêntures da 1ª Série ocorrerá ao final do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, ou seja, em 1º de agosto de 2007 (a “Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série”), e a repactuação das Debêntures da 2ª Série ocorrerá ao final do 5º (quinto) ano contado da Data de Emissão, ou seja, em 1º de agosto de 2009 (a “Data de Repactuação das Debêntures da 2ª Série” e, em conjunto com a Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série, as “Datas de Repactuação”).

3.16.1.2. A Emissora, por meio do seu Conselho de Administração, deverá deliberar e

comunicar aos Debenturistas, por intermédio de publicação de Aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis das respectivas Datas de Repactuação, as condições aplicáveis ao Período de Vigência da Remuneração subsequente (o "Novo Período de Vigência da Remuneração"), incluindo, mas não se limitando:

- a) o prazo do Novo Período de Vigência da Remuneração;
- b) a remuneração a vigorar durante o Novo Período de Vigência da Remuneração com relação às Debêntures da 1ª Série e às Debêntures da 2ª Série;
- c) a periodicidade de pagamento da remuneração durante o Novo Período de Vigência da Remuneração;
- d) o *covenant* financeiro, conforme estabelecido no item 3.20.1.1 (h) abaixo, a vigorar durante o Novo Período de Vigência da Remuneração
- e) a nova estrutura de garantias; e
- f) as demais características.

3.16.1.3. Na mesma comunicação a que se refere o item 3.16.1.2 anterior, serão divulgados os locais do Agente Escriturador nos quais os Debenturistas, cujas Debêntures estejam ali depositadas, poderão exercer o Direito de Venda, conforme definido no item 3.16.1.4.

3.16.1.4. Os Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora, conforme disposto no item 3.16.1.2 acima, terão o direito de vender, à Companhia, todas ou apenas parte das Debêntures de que sejam titulares, sendo que esse total a Companhia será obrigada a adquirir integralmente (o "Direito de Venda"), desde que manifestem, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do Aviso aos Debenturistas de que trata o item 3.16.1.2 acima, por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures depositadas no SND, ou por meio dos procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX, ou, ainda, por intermédio do Agente Escriturador, para as Debêntures não vinculadas a esses sistemas, o exercício do Direito de Venda, indicando a quantidade de Debêntures sobre a qual desejam exercer o Direito de Venda (as "Debêntures Objeto de Venda").

3.16.1.4.1. Apenas a título de esclarecimento, e para que se evitem quaisquer dúvidas, qualquer que seja o resultado da repactuação de qualquer uma das séries não vinculará, de qualquer modo, a outra.

3.16.1.4.2. Durante o prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do Aviso aos Debenturistas de que trata o item 3.16.1.2 acima, os Debenturistas poderão, a seu exclusivo critério, analisar as minutas dos documentos que, conforme o caso, comporão a nova estrutura de garantia proposta pela Emissora. As minutas dos documentos referentes à nova estrutura de garantia, conforme o caso, estarão disponíveis na sede do Agente Fiduciário e na sua página na Internet www.pentagonotruster.com.br).

3.16.1.4.3. Os Debenturistas que não indicarem Debêntures para o exercício do Direito de Venda dentro do prazo a que se refere o item 3.16.1.4 acima, ou que o fizerem apenas parcialmente, desde já outorgam, pela presente, ao Agente Fiduciário, mandato específico para que o mesmo celebre, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, aditivo à presente Escritura de Emissão, substancialmente nos termos das minutas disponibilizadas aos Debenturistas, durante o prazo de 10 (dez) dias, referidas no item 3.16.1.4 acima, e os demais documentos pertinentes, dos quais constarão as novas condições aplicáveis às Debêntures.

3.16.1.5. Decorrido o prazo de manifestação do Direito de Venda a que se refere o item 3.16.1.4 acima, e tendo o Debenturista se manifestado na forma ali prevista, o exercício do Direito de Venda pelo Debenturista será irrevogável e irretratável, sendo certo que (a) a falta de manifestação por parte dos Debenturistas no prazo a que se refere o item 3.16.1.4 acima ou (b) a manifestação relativa somente à parte das Debêntures de que forem titulares, será considerada aceitação, por tais Debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures que não forem indicadas nos termos do item 3.16.1.4 acima.

3.16.1.6. O Direito de Venda não se aplica (a) às Debêntures que não foram indicadas pelo Debenturista para o exercício do Direito de Venda dentro do prazo a que se refere a Cláusula 3.16.1.4 acima, e (b) em caso de vencimento antecipado das Debêntures.

3.16.1.7. Fica desde já certo e ajustado que as Debêntures Objeto de Venda ficarão bloqueadas e não poderão ser negociadas ou retiradas do SND, para as Debêntures depositadas nesse sistema, ou da CBLC, para as Debêntures depositadas nesse sistema, ou, ainda, do Agente Escriturador para as Debêntures não vinculadas aos sistemas mencionados, desde a manifestação do Debenturista a que se refere o item 3.16.1.4 acima até (i) o dia 1º de agosto de 2007, para as Debêntures da 1ª Série, quando devem ser liquidadas pela Emissora ou pelas Fiadoras, caso a Emissora não efetue o pagamento tempestiva e devidamente, no caso do primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série; e 1º de agosto de 2009, para as Debêntures da 2ª Série, quando devem ser liquidadas pela Emissora ou pelas Fiadoras, caso a Emissora não efetue o pagamento tempestiva e devidamente, no caso do primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, ou até (ii) o dia da efetiva liquidação das Debêntures Objeto de Venda caso não sejam efetuados os pagamentos

BRASIL

devidos pelas mesmas em 1º de agosto de 2007 e 1º de agosto de 2009, respectivamente, o que ocorrer primeiro ("Data do Exercício do Direito de Venda").

3.16.1.8. Em até 05 (cinco) dias corridos contados do último dia do prazo de 10 (dez) dias úteis a que se refere o item 3.16.1.4 acima, a Emissora informará ao Agente Fiduciário a quantidade total das Debêntures Objeto de Venda, sendo sua aquisição, pela Companhia, nos termos deste item 3.16, efetuada pelo saldo do Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, ainda não amortizado, nos termos do item 3.15 acima, acrescido da Remuneração cabível, calculada *pro rata temporis* desde a última Data de Pagamento da Remuneração até a Data de Exercício do Direito de Venda, sendo certo, entretanto, que as condições da Remuneração aplicáveis às Debêntures Objeto de Venda até a referida data serão aquelas a que se refere os itens 3.13.1 a 3.13.2.3 acima, ou seja, a Remuneração em vigor até o dia 1º de agosto de 2007, para as Debêntures da 1ª Série, e dia 1º de agosto de 2009, para as Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* ("Preço de Exercício"). No dia útil imediatamente anterior à Data de Exercício do Direito de Venda, a Emissora enviará ao SND, ou à CBLC, ou ao Agente Escriturador para as Debêntures não vinculadas ao sistemas mencionados, conforme o caso, a informação referente ao Preço de Exercício.

3.16.1.9. Na Data do Exercício do Direito de Venda, o SND, a CBLC ou o Agente Escriturador, conforme o caso, liquidarão automaticamente a compra e venda das Debêntures Objeto de Venda, por meio de transferência das Debêntures Objeto de Venda da conta de custódia do Debenturista para a conta de custódia da Companhia, com o respectivo pagamento, pela Companhia ao Debenturista, do Preço de Exercício, observados: (a) o Regulamento de Operações do SND, divulgado pela ANDIMA, para as Debêntures Objeto de Venda depositadas no SND, ou (b) o Regulamento de Operações e Procedimentos Operacionais da CBLC, para as Debêntures depositadas na CBLC, ou (c) conforme regulamento do Agente Escriturador. A liquidação das operações de compra e venda a que se refere este item 3.16 será considerada quitação integral e regular do Preço de Exercício pela Companhia aos Debenturistas.

3.16.1.10. A responsabilidade pelo pagamento do Preço de Exercício das Debêntures Objeto de Venda será única e exclusiva da Companhia sendo certo, entretanto, que se essa não o fizer, as Fiadoras deverão fazê-lo nos termos da Fiança prestada consoante esta Escritura de Emissão e os Contratos de Fiança. No caso de não pagamento do Preço de Exercício pela Emissora, nas datas de 1º de agosto de 2007 e 1º de agosto de 2009, respectivamente, para as Debêntures da 1ª Série e para as Debêntures da 2ª Série, as Fiadoras deverão fazê-lo, para as Debêntures custodiadas no SND, "em nome" da Emissora, adotando-se para tal os mesmos procedimentos descritos no Instrumento Particular de Prestação de Serviços de Banco Mandatário, celebrado entre o Banco Bradesco S.A. e a Emissora, em 08 de junho de 2004,

22

conforme alterado, obedecendo aos critérios utilizados pela CETIP quanto à liquidação financeira. Se as Fiadoras forem acionadas para pagamento após as datas de 1º de agosto de 2007 e 1º de agosto de 2009, respectivamente, para as Debêntures da 1ª Série e para as Debêntures da 2ª Série, adotar-se-á o critério de compra e venda definitiva, conforme o Regulamento do Sistema Nacional de Debêntures - SND.

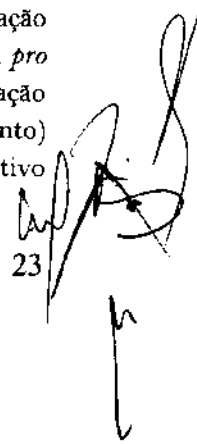
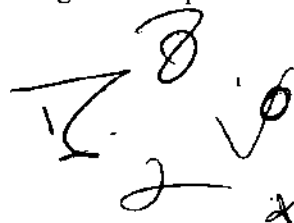
3.16.1.11. Observado o disposto no item 3.17 abaixo, poderá a Companhia, a qualquer tempo, resgatar antecipadamente as Debêntures que não as Objeto de Venda, a seu exclusivo critério.

3.17. Resgate Antecipado Facultativo

3.17.1. No caso das Debêntures da 1ª Série, a Emissora, a qualquer momento, mas desde que em data diferente da Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série, reserva-se o direito de promover o resgate antecipado facultativo das Debêntures da 1ª Série em circulação mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, nos termos do item 3.15 acima, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série devida até a data do resgate antecipado facultativo, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, acrescida de prêmio de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre o volume das Debêntures da 1ª Série objeto do resgate antecipado facultativo, devendo a Emissora publicar Aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos contados da data de resgate antecipado facultativo, nos termos do item 3.23 abaixo. O resgate antecipado facultativo poderá ser da totalidade ou de parte das Debêntures da 1ª Série em circulação sendo, neste último caso, efetuado mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis. O resultado do sorteio para resgate parcial, para as Debêntures registradas no SND, dar-se-á através de operação de compra e venda definitiva, conforme o Regulamento do Sistema Nacional de Debêntures - SND.

3.17.1.1. As Debêntures da 1ª Série serão extintas por ocasião do resgate antecipado facultativo mencionado no item 3.17.1 acima.

3.17.2. No caso das Debêntures da 2ª Série, a partir do 3º (terceiro) ano, inclusive, da Data de Emissão, e desde que em data diferente da Data de Repactuação das Debêntures da 2ª Série, reserva-se a Emissora o direito de promover o resgate antecipado facultativo das Debêntures da 2ª Série em circulação mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado ainda não amortizado, nos termos do item 3.15 acima, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série devida até a data do resgate antecipado facultativo, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, acrescida de prêmio de 1,0% (um por cento) incidente sobre o volume das Debêntures da 2ª Série objeto do resgate antecipado facultativo



23

sendo que, a partir do 4º ano, inclusive, o prêmio para resgate antecipado facultativo será reduzido para 0,50% (cinquenta centésimos por cento), devendo a Emissora publicar Aviso da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis. O resultado do sorteio para resgate parcial, para as Debêntures registradas no SND, dar-se-á através de operação de compra e venda definitiva, conforme o Regulamento do Sistema Nacional de Debêntures - SND.

3.17.2.1. As Debêntures da 2ª Série serão extintas por ocasião do resgate antecipado facultativo mencionado no item 3.17.2 acima.

3.18. Aquisição Facultativa

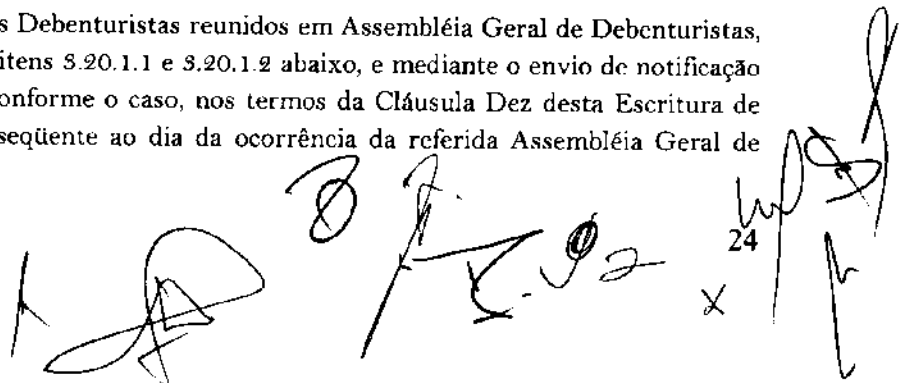
3.18.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. As Debêntures adquiridas pela Emissora, na forma deste item, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, sendo que as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures então em circulação.

3.19. Juros Moratórios e Multa Convencional

3.19.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incidirão sobre os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) a Remuneração das Debêntures da 1ª Série ou a Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso; (ii) acrescida de juros moratórios à taxa de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento e (iii) multa convencional (moratória) de 2,0% (dois por cento) sobre o valor devido.

3.20. Vencimento Antecipado

3.20.1. Conforme decisão dos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos do disposto nos itens 3.20.1.1 e 3.20.1.2 abaixo, e mediante o envio de notificação à Emissora e às Fiadoras, conforme o caso, nos termos da Cláusula Dez desta Escritura de Emissão, até o dia útil subsequente ao dia da ocorrência da referida Assembléia Geral de

The image shows several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are several initials, including what appears to be 'B.F.' and 'K. J. 2'. On the right, there is another large signature, and below it, the number '24' is written next to a small 'x' mark.

Debenturistas durante a qual foi tomada a decisão mencionada; o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, não amortizado, nos termos do item 3.15 acima, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento de Remuneração de cada série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento e, no caso do inciso (d) do item 3.20.1.2 abaixo, dos encargos moratórios previstos no item 3.19 acima, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos itens 3.20.1.1 e 3.20.1.2 abaixo, as quais a Emissora reconhece desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Emissora relativamente às Debêntures.

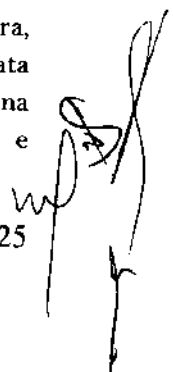
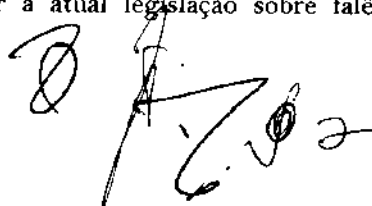
3.20.1.1. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos itens (a) a (i) abaixo, os quais deverão ser tempestivamente informados pela Emissora e/ou pelas Fiadoras ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula Dez abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da ciência de sua ocorrência, Assembléia Geral de Debenturistas que deverá ser realizada no prazo mínimo previsto em lei, e deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, salvo se, Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada uma das séries em circulação, separadamente, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, optarem por não declarar o vencimento antecipado da respectiva série:

a) vencimento antecipado do Contrato de Financiamento do BNDES;

b) alienação ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora, de ativos essenciais à sua atividade, que possa afetar a sua capacidade econômico-financeira;

c) alteração da Cláusula 5ª do 3º Termo Aditivo ao Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado em 18 de março de 2003, ou qualquer outra medida que altere a Cláusula 5ª do 3º Termo Aditivo ao Acordo de Acionistas da Companhia, sem a apreciação, pela Assembléia Geral dos Debenturistas, especialmente convocada pela Companhia ou pelo Agente Fiduciário, e aprovação por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de cada uma das séries das Debêntures em circulação, separadamente;

d) respeitado o procedimento de substituição de qualquer das Fiadoras, previsto no item 3.7.1.4 acima, e conforme o seu desfecho, dissolução, liquidação, insolvência, pedido de concordata preventiva ou decretação de falência de qualquer das Fiadoras ou da Emissora, podendo, para fins desta Escritura de Emissão, ser considerado como pedido de concordata preventiva ou decretação de falência qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação sobre falências e



concordatas;

e) mudança significativa adversa na condição financeira ou nas perspectivas de negócios da Companhia, que afete ou venha afetar a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações, indicada ou constatada por meio da redução, em pelo menos 02 (dois) níveis, da classificação de risco da Emissão;

f) caso a Companhia deixe de deter 100,0% (cem por cento) dos direitos oriundos da concessão de uso de bem público para geração de energia elétrica da qual a Emissora é titular, nos termos e condições do Contrato de Concessão e conforme a legislação aplicável;

g) caso a Companhia pague dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e na medida destes, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária nos lucros, se estiver por mais de 15 (quinze) dias corridos em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures;

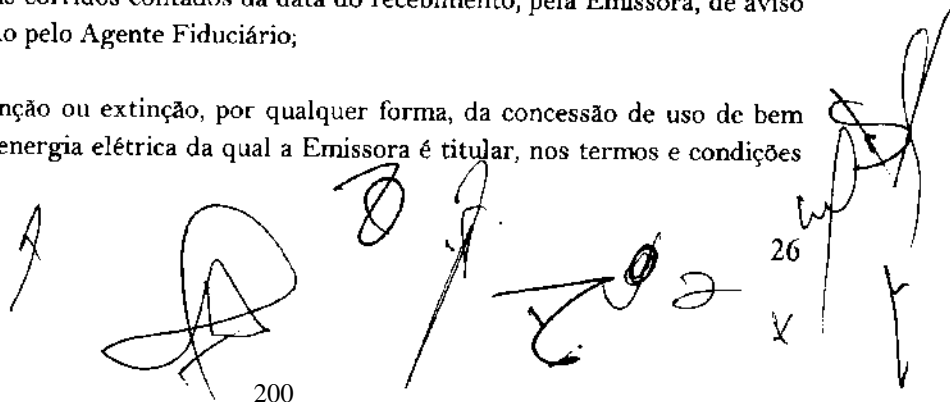
h) caso a Companhia não observe o índice de endividamento total máximo equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) dos seus ativos totais, sendo que, para os fins do presente item, para calcular o "endividamento total" deve-se (i) considerar o principal das dívidas apenas, isto é, não se deve computar, nesse caso, os encargos capitalizados ao saldo devedor e (ii) excluir os mútuos obtidos, pela Emissora, de seus acionistas; e

i) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida certa e exigível da Emissora ou de qualquer das Fiadoras em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), valor esse que deverá ser reajustado anualmente pela variação do IGP-M, a partir da Data da Emissão.

3.20.1.2. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos itens (a) a (d) abaixo, os quais deverão ser informados pela Emissora e/ou pelas Fiadoras ao Agente Fiduciário, em até 15 (quinze) dias úteis, nos termos da Cláusula Dez abaixo, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial:

a) falta de cumprimento pela Emissora ou pelas Fiadoras de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, que não as descritas no item 3.20.1.1 acima e na alínea "d" abaixo, não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

b) decretação de intervenção ou extinção, por qualquer forma, da concessão de uso de bem público para geração de energia elétrica da qual a Emissora é titular, nos termos e condições

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are several smaller initials and signatures, including one that appears to be 'J.F.' and another that looks like 'Z'. On the right side, there is a large, complex signature that spans across the page number '26'. The page number '26' is printed in a small font next to the signature. Below the page number, there is a small 'x' mark. At the very bottom center, the number '200' is printed.

do Contrato de Concessão e conforme a legislação aplicável;

c) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer das Fiadoras, cujo valor total inadimplido unitário ou agregado, com relação a qualquer uma das sociedades, seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), reajustado anualmente pela variação do IGP-M, ou a constituição da Emissora ou de qualquer das Fiadoras em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pelas Fiadoras, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de sustação judicial ou depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos de sua ocorrência; e

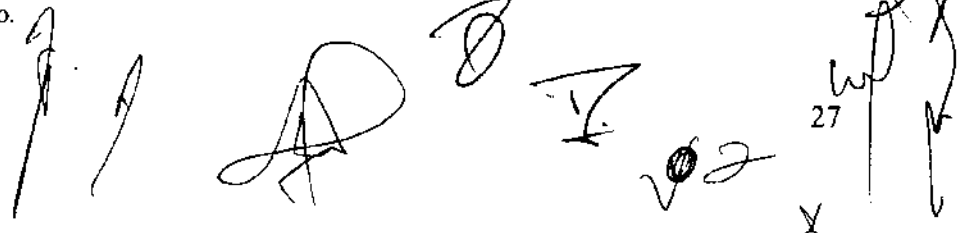
d) não pagamento, pela Emissora ou pelas Fiadoras, do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, nos termos do item 3.15 acima, da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão.

3.20.2. Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, nos termos do item 3.15 acima, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento da Remuneração de cada série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento e, no caso do item 3.20.1.2 (d) acima, acrescido dos encargos moratórios previstos no item 3.19 acima, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da comunicação sobre a declaração do vencimento antecipado, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e a cada um das Fiadoras por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Dez desta Escritura de Emissão.

3.20.3. No 1º (primeiro) dia útil após o término do prazo a que se refere o item 3.20.2 acima, e não havendo o pagamento integral ali previsto, o Agente Fiduciário enviará às Fiadoras notificação para que efetuem, no 5º (quinto) dia útil subsequente ao recebimento da notificação, observadas as proporções a que se refere o item 3.7.1.2 acima, o pagamento de todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

3.21. Decadência do Direito aos Acréscimos

3.21.1. Sem prejuízo do disposto no item 3.20.1.2 supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

A series of handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. From left to right, there are several distinct marks, including what appears to be a signature, a large 'A' with a circle around it, and other less legible initials and marks. A small number '27' is visible near the right side of the signatures.

11/11/11

3.22. Prorrogação dos Prazos

3.22.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento de tal obrigação coincidir com dia em que não haja expediente comercial, bancário, ou sábados e domingos, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

3.23. Publicidade

3.23.1. Nos termos da Instrução CVM nº 400/08, todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão, inclusive os anúncios de início e de encerramento da distribuição das Debêntures, que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de Aviso aos Debenturistas nos jornais Gazeta Mercantil, edição nacional, e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, ou, na impossibilidade de publicação em qualquer dos jornais ora relacionados, em veículo semelhante, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado ("Aviso aos Debenturistas"), devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da última publicação do Aviso aos Debenturistas.

3.24. Agente Escriturador

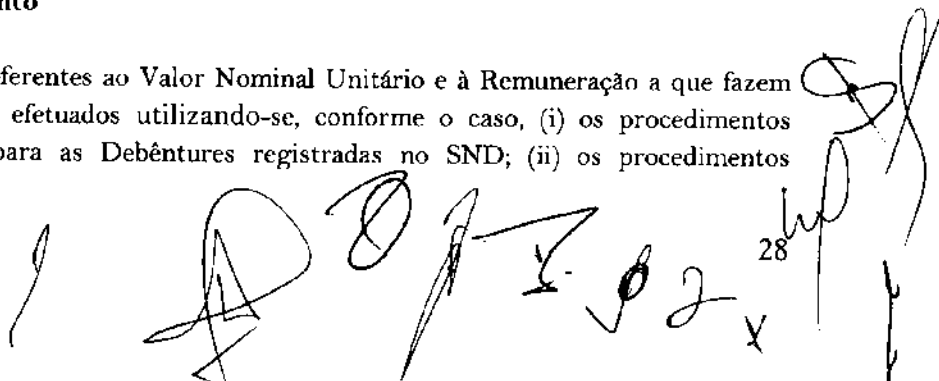
3.24.1. O Agente Escriturador será o Banco Bradesco S.A. ("Agente Escriturador"), instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, situado na Vila Yara, no município de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.

3.25. Banco Mandatário

3.25.1. O Banco Mandatário também será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário"), acima qualificado.

3.26. Local de Pagamento

3.26.1. Os pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso, (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos



adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (iii) para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da Emissão.

3.27. Renúncia por parte dos Debenturistas

3.27.1. Os Debenturistas renunciam, desde já, a qualquer eventual ação ou direito contra a ANEEL e a União Federal (Poder Concedente) em decorrência de eventuais desatendimentos, pela Emissora, dos compromissos financeiros assumidos nos termos desta Escritura de Emissão.

Cláusula Quarta – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos captados com a colocação das Debêntures da Emissão serão aplicados (i) na liquidação dos valores devidos pela Emissora nos termos do contrato de Mútuo, celebrado em 18 de março de 2008, entre a Emissora, na qualidade de mutuária, e os acionistas da Emissora, na qualidade de mutuantes (o "Contrato de Mútuo") e, (ii) após a liquidação dos referidos valores, na construção do AHE Barra Grande.

Cláusula Quinta – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

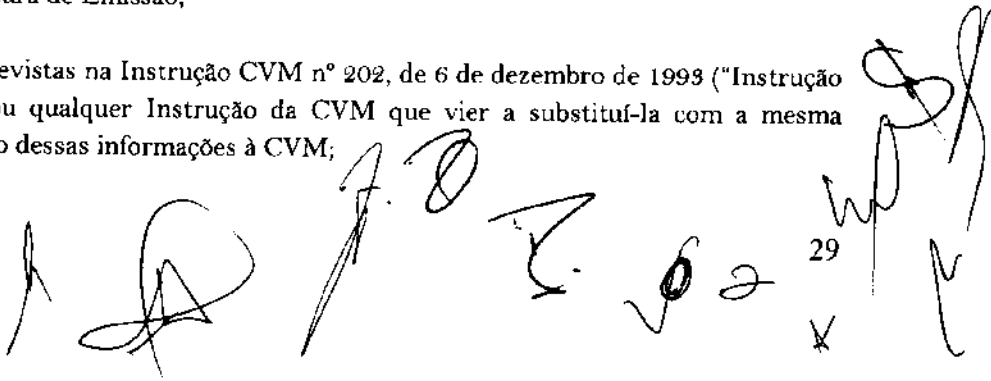
5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

5.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

a) dentro de, no máximo, 110 (cento e dez) dias corridos contados do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao exercício encerrado, acompanhadas de declaração de que está em dia no cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados do término de cada trimestre, cópia das demonstrações financeiras relativas a cada trimestre intermediário de cada exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

c) as informações previstas na Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 ("Instrução CVM nº 202/93"), ou qualquer Instrução da CVM que vier a substituí-la com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;



d) imediatamente, qualquer informação relacionada à Emissão ou à Emissora que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da referida solicitação;

e) informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de cada eventual alteração ocorrida;

f) Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléia de acionistas e de reuniões do conselho de administração, reuniões de diretoria e reuniões de conselho fiscal, se aplicável que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, na mesma data em que forem publicados ou, se não forem publicados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da data em que forem realizados;

g) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;

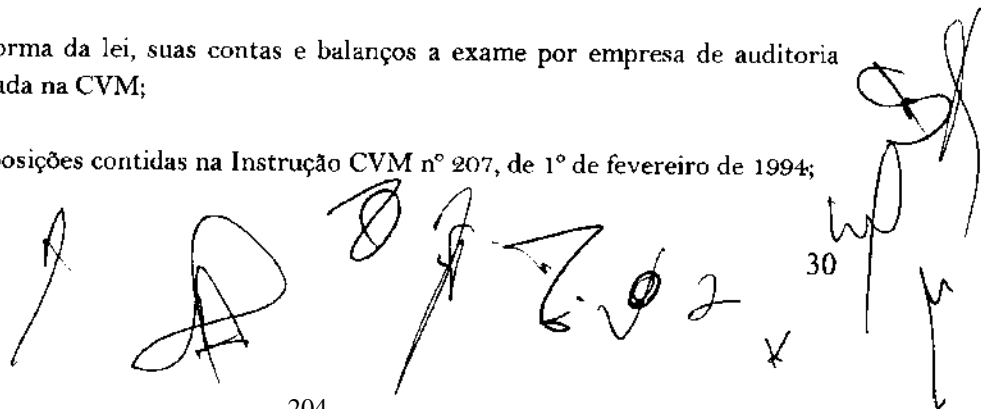
h) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão ou de quaisquer contratos em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), reajustado anualmente, a partir da Data da Emissão pela variação do IGP-M, de que a Emissora seja parte, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da data do descumprimento;

i) informar a cada umas das Fiadoras, com a maior antecedência possível e desde que passível de detecção prévia, sempre que perceber haver qualquer chance de descumprimento ou de ocorrência de quaisquer dos eventos que possam ensejar o vencimento antecipado das Debêntures, bem como informá-las, imediatamente, após qualquer descumprimento ou ocorrência de quaisquer dos eventos que possam ensejar o vencimento antecipado das Debêntures; e

j) especificamente, no que concerne o sub-ítem 3.16.1.10 acima, deve a Emissora notificar as Fiadoras, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, caso constate (i) que não disporá de saldo suficiente para o atendimento do pagamento dos proventos em espécie a que os Debenturistas tenham direito e (ii) que não terá recursos suficientes para o pagamento do Preço de Exercício das Debêntures Objeto de Venda.

5.1.2. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

5.1.3. observar as disposições contidas na Instrução CVM nº 207, de 1º de fevereiro de 1994;

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there are two distinct signatures. In the center, there are several initials, including what appears to be 'Z' and '2'. On the right, there is a large, stylized signature that spans across the right margin. Below this signature, the number '30' is written. The overall appearance is that of a formal document with multiple signatories.

2005

5.1.4. manter contratada, durante o prazo de vigência das Debêntures, agência classificadora de risco em funcionamento no País e conceituada internacionalmente e manter atualizado, pelo menos anualmente, a classificação de risco da Emissão, devendo ao menos 01 (uma) súmula de classificação de risco ser preparadas por agência de classificação de risco em funcionamento no país e conceituadas internacionalmente;

5.1.5. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

5.1.6. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, nos termos dos itens 6.8 (e) e 6.9 abaixo;

5.1.7. comunicar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ao Agente Fiduciário, o descumprimento, pela Emissora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;

5.1.8. manter segurados, ou fazer com que sejam segurados, os bens de seu imobilizado operacional em companhias seguradoras de primeira linha; e

5.1.9. comparecer às assembléias de Debenturistas sempre que solicitada;

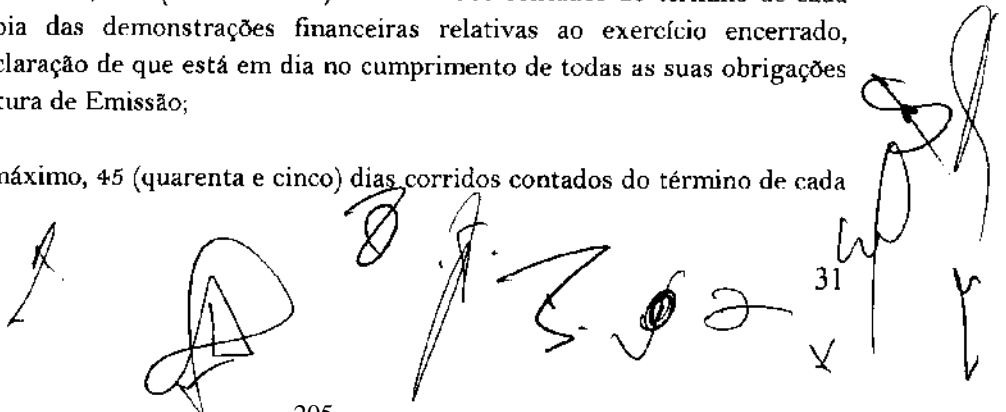
5.1.10. comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de risco concedida à Emissão das Debêntures e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação de risco; e

5.1.11. notificar imediatamente o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembléia Geral de Debenturistas pela Emissora.

5.2. Cada uma das Fiadoras está adicionalmente obrigada a fornecer ao Agente Fiduciário:

5.2.1. dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos contados do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado, acompanhadas de declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

5.2.2. dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados do término de cada



trimestre, cópias das demonstrações financeiras relativas a cada trimestre intermediário de cada exercício social, se disponível, e, em qualquer hipótese, declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

5.2.3. as informações previstas na Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM, se a Fiadora for companhia aberta;

5.2.4. mediante solicitação específica por escrito pelo e período de 05 (cinco) anos contado da data de publicação do anúncio de início da distribuição das Debêntures, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, ou, em menor prazo, conforme exigência legal, cópias de quaisquer informações apenas informadas oralmente e/ou disponibilizadas à consulta das partes envolvidas no processo de estruturação da Emissão; e

5.2.5. todos os demais documentos e informações que as Fiadoras, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeram a enviar ao Agente Fiduciário.

Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a PENTÁGONO S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários que, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar, perante a Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas, a partir da assinatura desta Escritura de Emissão até sua substituição e/ou vencimento e efetivo pagamento das Debêntures.

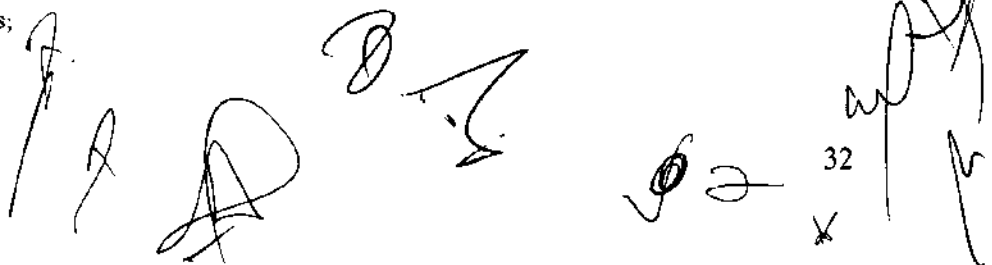
6.1.1. A Emissora e o Agente Fiduciário declaram não haver qualquer ligação entre ambos que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

6.2. O Agente Fiduciário declara:

a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro, do artigo 66 da Lei nº 6.404/76, e o artigo 9º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28/83"), para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;

b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão em todas as suas cláusulas e condições;



d) que não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28/88;

e) ter verificado e certificado a regularidade da constituição das garantias das Debêntures, bem como sua suficiência e exequibilidade;

f) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

g) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

h) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

i) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e

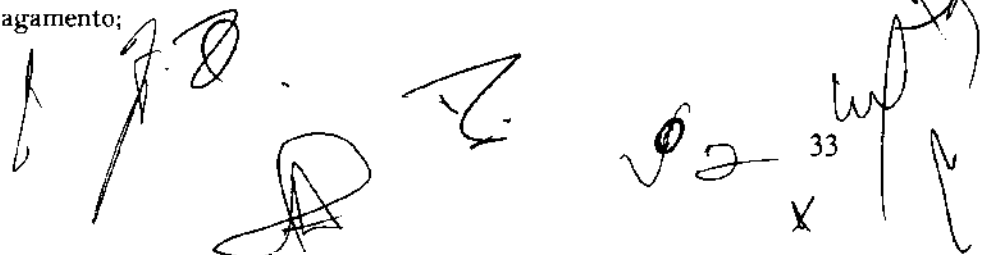
j) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições.

6.3. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelo exercício dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão:

a) parcelas trimestrais de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), sendo a primeira devida no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data de concessão, pela CVM, do registro para distribuição pública das Debêntures e as demais a cada período de três meses até o vencimento das Debêntures, devendo ser calculadas *pro rata temporis*, se for o caso;

b) as remunerações previstas na alínea "a" do presente item serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de eventuais obrigações não cumpridas pela Emissora;

c) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão até a data do efetivo pagamento;

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there are three distinct signatures. In the center, there is a large, stylized signature. To the right of this, there are more initials and a signature. On the far right, there is a large, complex signature. Below the central signature, the number '207' is printed.

d) a remuneração será acrescida de (i) ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), e (iii) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes em cada data de pagamento;

e) as remunerações não incluem as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário no exercício de suas funções e no cumprimento dos seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma do item 5.1.6 da Cláusula Quinta acima;

6.3.1. Em caso de inadimplemento pela Emissora das obrigações de pagamento aos Debenturistas estabelecidas nesta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. As despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, taxas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias corridos.

6.4. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

a) nos casos de vacância, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, será realizada Assembléia Geral de Debenturistas para escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM;

b) caso a convocação não ocorra em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

6.4.1. A substituição permanente do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo tal aditamento ser também inscrito na JUCERGS juntamente com a Escritura de Emissão. A substituição fica sujeita a comunicação prévia à CVM e sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos impostos na Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.4.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.4.3. Em caso de renúncia ou mesmo de substituição do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos Debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário.

6.4.4. O agente fiduciário substituto fará jus às mesmas condições de remuneração estabelecidas para o Agente Fiduciário no item 6.3 desta Cláusula Sexta, observado o disposto no item 6.4.4.1 abaixo. Em nenhuma hipótese, a substituição do Agente Fiduciário implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençado para o Agente Fiduciário.

6.4.4.1. Será devida ao Agente Fiduciário substituído a parcela da remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data da efetiva substituição, devendo o mesmo repassar ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário até o último dia do período indicado no item 6.3 (a) acima.

6.5. São deveres do Agente Fiduciário, com observância das obrigações previstas na legislação e regulamentação específica:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de impedimento ou inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanados as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura

100000

neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) verificar, em até 10 (dez) dias corridos a partir dos prazos mencionados nos itens 5.1.1(a) e (b) acima, o atendimento, pela Emissora, dos índices e limites, conforme estabelecido no item 3.20.1 acima;

h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se houver;

i) verificar a regularidade da constituição das garantias fidejussórias das Debêntures, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;

j) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;

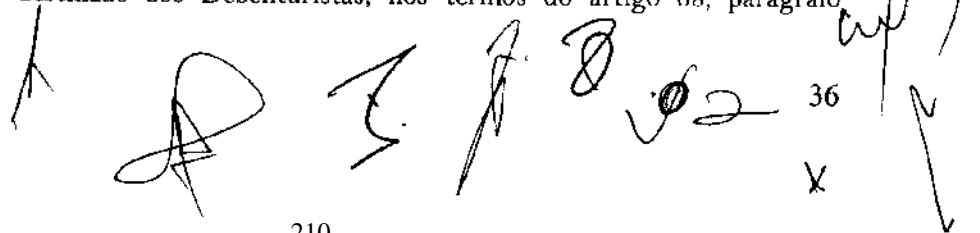
l) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protestos, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

m) solicitar, quando necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

n) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos jornais onde a Emissora deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão, conforme item 3.23 acima, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata da assembléia geral de debenturistas;

o) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata da assembléia geral de debenturistas;

p) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo



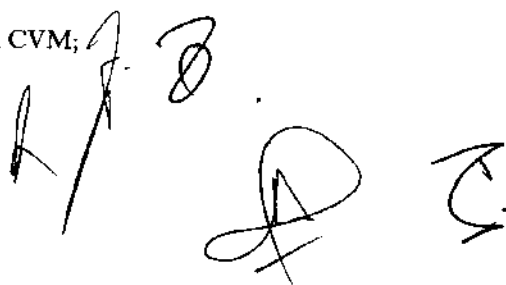
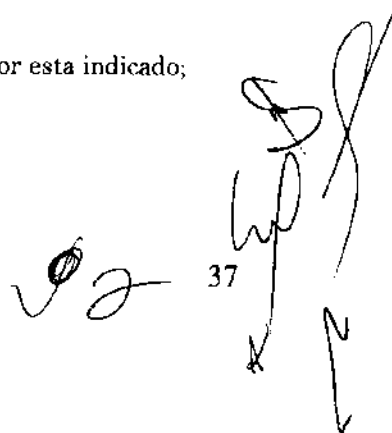
Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left.

primeiro, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital social;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) resgate antecipado facultativo, amortização, repactuação e pagamento da Remuneração das Debêntures, bem como aquisições realizadas no período e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão das Debêntures, conforme esta Escritura de Emissão e de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
- (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (viii) cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e,
- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

q) colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora;
- (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, em local por esta indicado;
- (iii) na CVM;

Handwritten signatures and initials, including a large stylized 'A' and a circular mark.Handwritten signature and the number 37.

(iv) nas bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e,

(v) em estabelecimento da instituição que liderou a colocação das Debêntures.

r) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "q" acima;

s) manter atualizada a relação de Debenturistas e seus endereços;

t) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da presente Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

u) notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(i) à CVM; e,

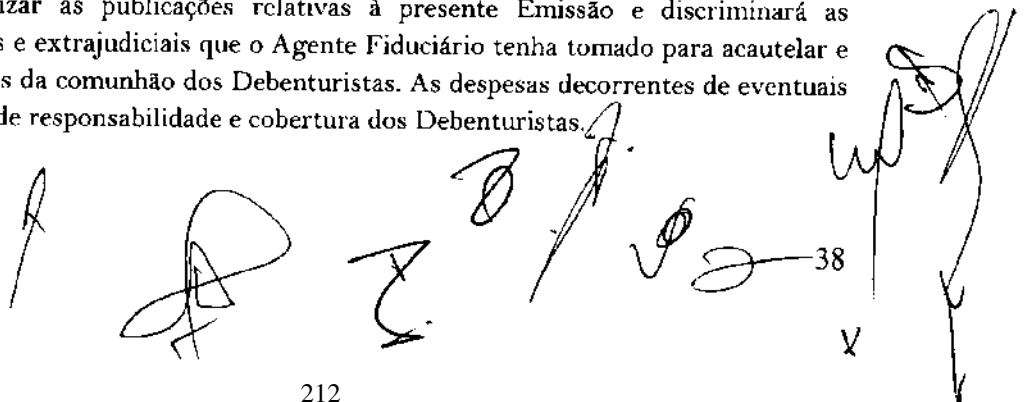
(ii) às bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso.

v) arcar com todos os seus encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários; e

x) coordenar, se aplicável, o sorteio das Debêntures a serem resgatadas, no caso do item 3.17 acima.

6.6. O comunicado aos Debenturistas, no sentido de informá-los de que o relatório anual referido na alínea "p" do item anterior está à disposição, será publicado no prazo máximo previsto na alínea "q" do mesmo item, no jornal em que a Emissora deva realizar as publicações relativas à presente Emissão.

6.7. A notificação de que trata a alínea "u" do item 6.5 acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, será encaminhada individualmente a cada Debenturista, e na impossibilidade de envio a qualquer Debenturista far-se-á por publicação no jornal em que a Emissora deva realizar as publicações relativas à presente Emissão e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. As despesas decorrentes de eventuais ações judiciais serão de responsabilidade e cobertura dos Debenturistas.

A series of handwritten signatures and initials are located at the bottom of the page, below the main text. There are approximately seven distinct marks, including a large signature on the right and several smaller initials or signatures on the left. The number '38' is written near the bottom right of these marks.

6.8. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora e nos termos da presente Escritura de Emissão:

- a) tomar toda e qualquer providência para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- b) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora;
- c) requerer a falência da Emissora se não mais existirem bens para garantir as obrigações da Emissora; e,
- d) declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas no item 3.20 da presente Escritura de Emissão.

6.8.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do item 6.8 acima, conforme o disposto no item 3.20.1.1 desta Escritura de Emissão, se a Assembléia Geral de Debenturistas assim o autorizar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada uma das série em circulação, separadamente, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, conforme acima mencionado.

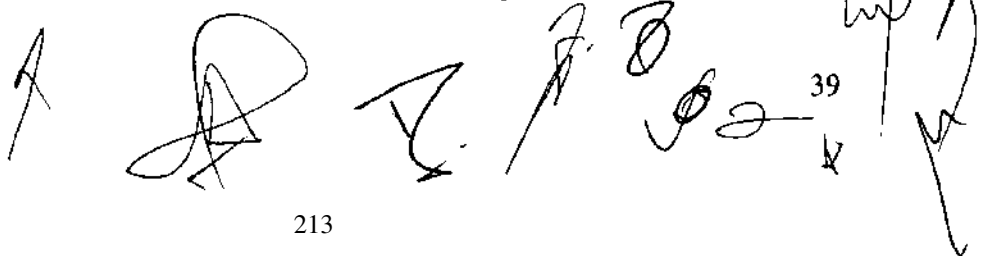
6.8.2. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura de Emissão for paga por meio de ação judicial, ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura de Emissão, os honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à cobrança, conforme item 6.3.1 acima.

6.9. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, conforme item 6.3(e) acima.

6.9.1. O ressarcimento a que se refere o item 5.1.6 supra será efetuado em 05 (cinco) após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

6.9.2. As despesas a que se refere o item 5.1.6 acima compreendem, inclusive, o seguinte:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left. The page number 39 is visible near the bottom right.

Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

b) extração de certidões;

c) locomoção entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e

d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

Cláusula Sétima - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares das Debêntures de qualquer das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia geral de Debenturistas ("Assembléia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

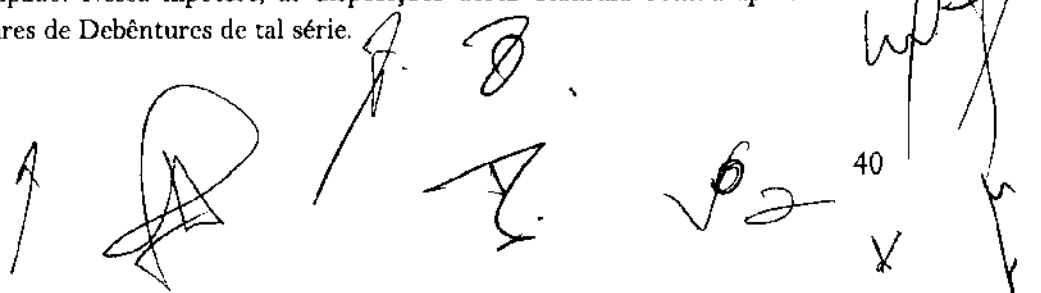
7.2. A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada, a qualquer tempo, pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, para Assembléia Geral de Acionistas.

7.4. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures da respectiva série em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.5. As deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas serão tomadas pelos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão, não sendo computados os votos em branco.

7.6. O Agente Fiduciário, a Emissora, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação de uma determinada série poderão convocar, separadamente, uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série, inclusive no tocante ao vencimento antecipado. Nessa hipótese, as disposições desta Cláusula Sétima aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série.

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a simple upward-pointing arrow, a large stylized signature, a signature with a circular flourish, a signature that appears to be 'A. B.', a signature that looks like 'Z.', a signature that looks like 'V. 2', and a large, complex signature on the far right. Below the large signature on the right, the number '40' is written, followed by a small 'X'.

7.7. As matérias de interesse dos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, serão deliberadas pelos Debenturistas de cada uma das séries, separadamente, sendo certo que a decisão dos Debenturistas de uma das séries não afetará, e nem de qualquer outra forma vinculará, a decisão dos Debenturistas da outra série, decisões essas que serão, a todo momento, independentes uma da outra.

7.8. À exceção dos quoruns de outra forma especificamente estabelecidos na presente Escritura de Emissão, se e quando a Emissora quiser alterar quaisquer das matérias elencadas nos itens (a) a (e) abaixo, referida alteração dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures de cada uma das séries em circulação, separadamente, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas:

- a) prazo de vigência das Debêntures;
- b) Datas de Repactuação;
- c) Valor Nominal Unitário e condições de Remuneração das Debêntures;
- d) garantias das Debêntures; e
- e) quoruns das Assembléias Gerais de Debenturistas.

7.9. Observado o disposto no item 7.8 acima e à exceção dos quoruns de outra forma especificamente estabelecidos na presente Escritura de Emissão, toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive a renúncia, alteração ou revisão de índices e limites, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada uma das séries em circulação, separadamente, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas.

7.10. Não serão consideradas, para efeito da constituição dos quoruns de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula, as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, bem como as Debêntures de titularidade de suas coligadas e controladoras, diretores ou membros do Conselho de Administração da Emissora, nos termos da Lei nº 6.404/76.

7.11. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias de Debenturistas, sem prejuízo da previsão estabelecida no item 5.1.9 desta Escritura de Emissão.

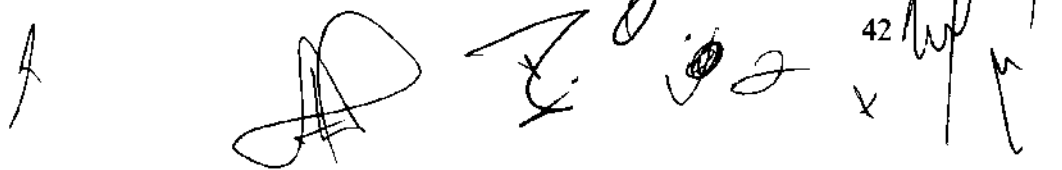
7.12. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas e prestar

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a simple upward-pointing arrow. Next to it is a large, stylized signature. To the right of that is another signature, followed by a series of initials and marks, including what looks like 'V' and 'J'. On the far right, there is a large, complex signature that appears to be a cursive 'M' or 'N' with a large loop at the top. Below this signature, the number '41' is written, followed by a small 'X'.

**Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA, DAS
FIADORAS E DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

8.1. A Emissora e as Fiadoras declaram e garantem aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes, de acordo com as leis brasileiras;
- b) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- c) os representantes legais da Emissora e das Fiadoras que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Fiança têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Fiança, a Emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) qualquer contrato relevante ou documento relevante do qual as Fiadoras sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades materiais estejam vinculados, incluindo, dentre outros, o Acordo de Acionistas, especialmente no tocante à Cláusula 5.11.1 do referido documento; (iii) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora e as Fiadoras ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (iv) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou as Fiadoras ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e) a Emissora e as Fiadoras têm todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
- f) a Emissora e as Fiadoras estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- g) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2001, 2002 e



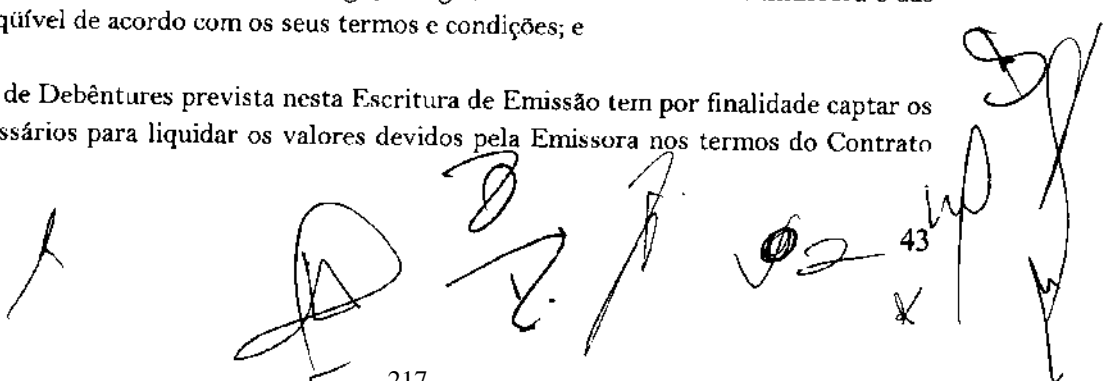
2003, e de 30 de junho de 2003 e 2004, bem como o resumo das informações financeiras apresentado pelas Fiadoras nos Prospectos, conforme definido no item 8.1 (h), representam corretamente a condição financeira da Emissora e das Fiadoras naquelas datas e foram devidamente elaboradas e concluídas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil;

h) O prospecto preliminar de distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Baesa – Energética Barra Grande S.A. ("Prospecto Preliminar") e o prospecto definitivo de distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Baesa – Energética Barra Grande S.A. ("Prospecto Definitivo" e em conjunto com o Prospecto preliminar, os "Prospectos") conterão, na data em que forem disponibilizados aos investidores: (i) todas as informações relevantes em relação à Emissora e às Fiadoras no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e das Fiadoras, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas, inconsistentes, incorretas, insuficientes ou mesmo omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram prestadas; (ii) declarações em relação à Emissora e às Fiadoras verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, de modo a permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão; (iii) as opiniões, análises e previsões (se houver) em relação à Emissora dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base nas suposições razoáveis; (iv) declaração da Emissora e das Fiadoras certificando que não há fatos relativos à Emissora, às Fiadoras ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja incorreta, inverídica, inconsistente ou insuficiente; e (v) declaração da Emissora e das Fiadoras certificando que todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à Emissora e às Fiadoras são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, conforme o disposto no artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03;

(i) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há nenhuma ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito dos quais a Emissora tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso na Emissora, em sua condição financeira, ou em suas atividades;

(j) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e das Fiadoras, exequível de acordo com os seus termos e condições; e

(k) a Emissão de Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão tem por finalidade captar os recursos necessários para liquidar os valores devidos pela Emissora nos termos do Contrato

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a simple checkmark-like signature. In the center, there are two more complex signatures. To the right, there is a signature that appears to be 'V. J.' followed by a large, stylized signature that looks like 'JP'. Further right, there is a signature that looks like 'V. J.' with a circled 'V' and the number '43' next to it. On the far right, there is a large, stylized signature that looks like 'JP'.

de Mútuo e, após a liquidação dos mesmos, na construção do AHE Barra Grande, de modo que tal processo foi e continuará sendo conduzido para lograr os fins e no interesse da Emissora, satisfeitas as exigências do bem público e de sua função social.

8.2. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

8.3. Esta Escritura de Emissão constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto, substituindo e superando, totalmente, todos e quaisquer outros documentos, memorandos, propostas, cartas e ou assemelhados, assinados antes da data de sua assinatura.

Cláusula Nona – DAS DESPESAS

9.1. Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro desta Escritura de Emissão e das atas das AGEs e RCAs, bem como os custos com a publicação do extrato destas, na forma da lei.

Cláusula Dez – DAS NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

BAESA – ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A.

Rua Tabapuã, nº 1.105, 12º andar

São Paulo, SP CEP 04533-014

Tel: (11) 3709-2665

Fax: (11) 3709-2697

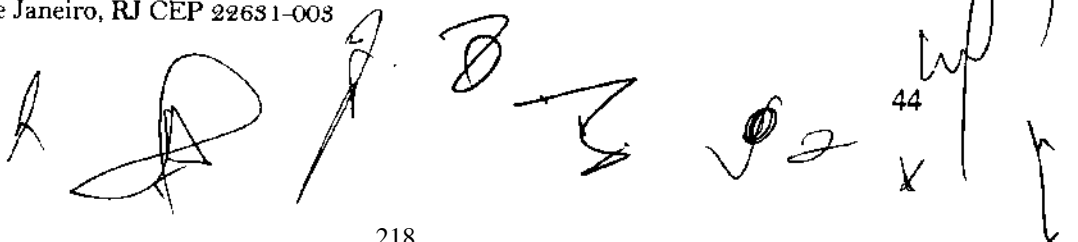
At: Sr. Carlos Alberto Bezerra de Miranda

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DTVM

Avenida das Américas, nº 3.333, Grupo 307

Rio de Janeiro, RJ CEP 22631-003



Tel: (21) 3325-5059
Fax: (21) 3325-5969
At: Sr. Maurício da Costa Ribeiro

Para o Banco Mandatário:
Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara,
Osasco, SP CEP 06029-900
Tel: (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-5645
At: Departamento de Ações e Custódia – Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli

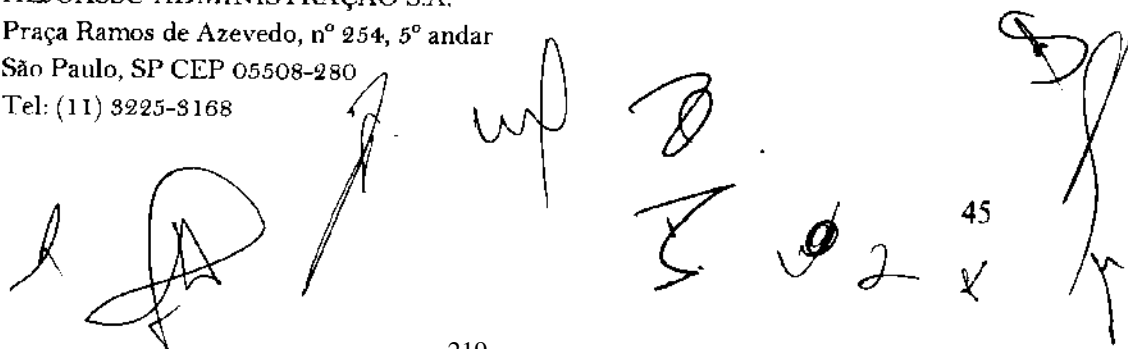
Para o Agente Escriurador:
Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara,
Osasco, SP CEP 06029-900
Tel: (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-5645
At: Departamento de Ações e Custódia – Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli

Para as Fiadoras:

ALCOA ALUMÍNIO S.A.
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 7º andar, conjunto 71, Itaim Bibi
São Paulo, SP CEP 04530-001
Tel: (11) 3848-8032
Fax: (11) 3848-8032
At: Sr. Aquilino Paolucci Neto

CPFL ENERGIA S.A.
Rodovia Campinas/Mogi-mirim, 1.755, Km 2,5, parte
Campinas, SP CEP 13088-900
Tel: 19 3756 8700
Fax: 19 3756 8075
At: Sr. Wilson P. Ferreira Jr.

HEJOASSU ADMINISTRAÇÃO S.A.
Praça Ramos de Azevedo, nº 254, 5º andar
São Paulo, SP CEP 05508-280
Tel: (11) 3225-3168



Fax: (11) 3361-3624

At: Sr. Otavio Carneiro de Rezende

CAMARGO CORRÊA S.A.

Rua Funchal, nº 160, térreo

São Paulo, SP CEP 04551-903

Tel: (11) 3841-5180/5785

Fax: (11) 3841-5733/3849-7837

At: Sr. Ricardo Bisordi de Oliveira Lima / Sr. José Édison Barros Franco

Para a CETIP:

CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação

SND - Sistema Nacional de Debêntures

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar, Centro

São Paulo, SP CEP 01009-000

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Para a CBLC:

CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia

Praça XV de Novembro, nº 275, Centro

São Paulo, SP CEP 01310-001

Tel: (11) 3233-2178

Fax: (11) 3233-2331

10.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile ("answer back"), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

10.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em 05 (cinco) dias corridos após o envio da mensagem.

10/10/2016

Cláusula Onze - DA RENÚNCIA

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Emissão. Desta forma, a demora ou a omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, será considerada mera tolerância e não prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, nem será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, não constituindo novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Doze - DA DIVISÃO

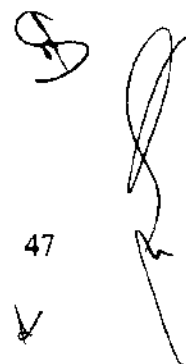
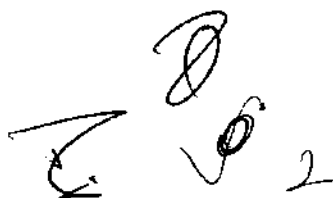
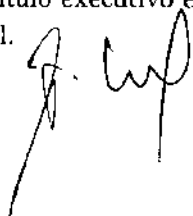
12.1. Caso qualquer das disposições ora aprovada venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Treze - IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

13.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento de qualquer dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

Cláusula Quatorze – DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

14.1. A Emissora e as Fiadoras reconhecem que o presente instrumento reveste-se da natureza de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.



[illegible]

[PARTE INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

Carl

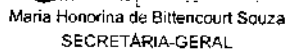
Handwritten signatures and initials, including a large stylized 'A' and 'D', a signature starting with 'P', a signature starting with 'S', and the number '48' with a checkmark.

CONCLUSIONS

Estando assim certos e ajustados, a Emissora, o Agente Fiduciário e, na qualidade de Fiadoras, Alcoa, CPFL, Hejoassu e Camargo Corrêa, firmam a presente Escritura de Emissão, em 11 (onze) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.


Emissora: BAESA – ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A.

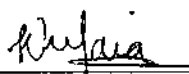
2. _____
 Por: Paulo Eduardo de Almeida Godoy
 Cargo: Diretor de Relações Institucionais



[página 50/58 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, de Emissão da BAESA – Energética Barra Grande S.A., celebrado aos 27 de agosto de 2004 entre BAESA – Energética Barra Grande S.A., Alcoa Alumínio S.A., CPFL Energia S.A., Hejoassu Administração S.A., Camargo Corrêa S.A. e PENTÁGONO S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários]

Agente Fiduciário: PENTÁGONO S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

1. 
Por: Paulo Luiz Ferreira
Cargo: Procurador

2. 
Por: Bruna Vieira Maria
Cargo: Procuradora







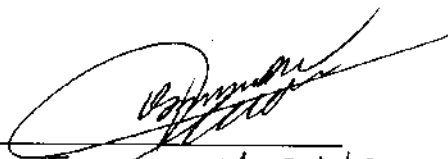




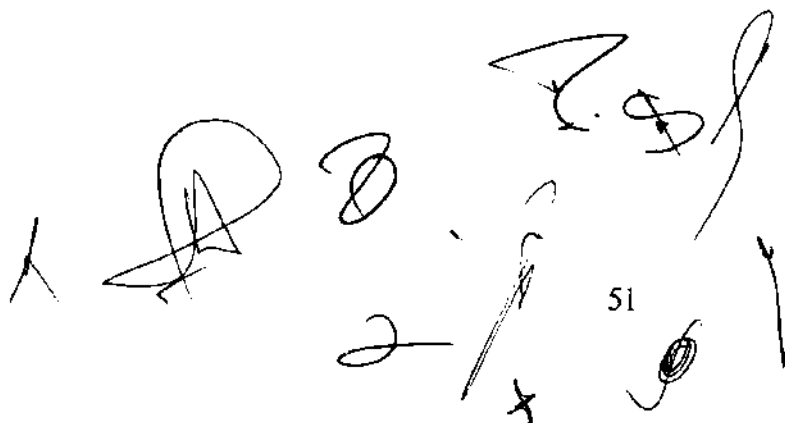
50

[página 51/58 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, de Emissão da BAFSA – Energética Barra Grande S.A., celebrado aos 27 de agosto de 2004 entre BAESA – Energética Barra Grande S.A., Alcoa Alumínio S.A., CPFL Energia S.A., Hejoassu Administração S.A., Camargo Corrêa S.A. e PENTÁGONO S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários]

ALCOA ALUMÍNIO S.A.


1. 
Por: JOSMAR VERILLO
Cargo: PRESIDENTE


2. _____
Por: _____
Cargo: _____




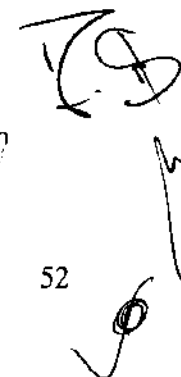


[página 52/58 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, de Emissão da BAESA – Energética Barra Grande S.A., celebrado aos 27 de agosto de 2004 entre BAESA – Energética Barra Grande S.A., Alcoa Alumínio S.A., CPFL Energia S.A., Hejoassu Administração S.A., Camargo Corrêa S.A. e PENTÁGONO S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários]

CPFL ENERGIA S.A.

1. 
Por: José Antonio A. Filippu
Cargo: Vice-Presidente Financeiro

2. 
Por: Wilson Pinto Feres
Cargo: Presidente





52

[página 59/58 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, de Emissão da BAESA – Energética Barra Grande S.A., celebrado aos 27 de agosto de 2004 entre BAESA – Energética Barra Grande S.A., Alcoa Alumínio S.A., CPFL Energia S.A., Hejoassu Administração S.A., Camargo Corrêa S.A. e PENTÁGONO S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários]

HEJOASSU ADMINISTRAÇÃO S.A.

1. _____

Por: Marcos Olynto C. Arruda

Cargo: Diretor

2. _____

Por: Nelson Koichi Shimada

Cargo: Diretor


up


227

53

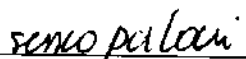
[página 54/58 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, de Emissão da BAESA – Energética Barra Grande S.A., celebrado aos 27 de agosto de 2004 entre BAESA – Energética Barra Grande S.A., Alcoa Alumínio S.A., CPFL Energia S.A., Hejoassu Administração S.A., Camargo Corrêa S.A. e PENTÁGONO S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários]

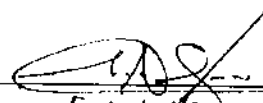
CAMARGO CORRÊA S.A.

1. 
Por: **Ricardo Antonio Reis**
Cargo: **Diretor Geral**

2. 
Por: **RICARDO Bispo de OLIVEIRA Lima**
Cargo: **DIRETOR FINANCEIRO**

TESTEMUNHAS

1. 
Nome: **SERGIO FRANCISCO PADUANI**
RG: **4.240.803**
CPF/MF: **533.024.978-53**

2. 
Nome: **ERISSON NOBUO OGAWA**
RG: **70.008.327-2**
CPF/MF: **270.946.718-65**